os artigos citados da Lei Complementar nº 101/2000:

I – Anexo de Metas Fiscais – Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 575/2007-STN;

II – Anexo de Riscos Fiscais – Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 574/2007-STN;

III – Demonstrativo da evolução da receita, nos últimos três anos, e, da projeção para os dois seguintes, acompanhados da metodologia de cálculo e das premissas utilizadas – Arts. 4º, § 2º, II, c/c Art. 12.

§ 1º – No Anexo de Metas Fiscais, serão estabelecidas metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e, contera, ainda: avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; demonstrativo das metas anuais; evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; e, demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º – No Anexo de Riscos Fiscais, será evidenciada a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar, negativamente, as contas públicas, classificando esses riscos em Orçamentários e Da Dívida. Esse Anexo será elaborado conforme determina a Portaria nº 574/2007-STN em um único demonstrativo – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 4º – O Anexo de Metas Fiscais estabelecido na Portaria nº 575/2007-STN, será composto pelos seguintes demonstrativos: Demonstrativo I – Metas Anuais; Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios anteriores; Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 5º – Demais relatórios, demonstrativos e atos indicados nesta Instrução Normativa serão elaborados segundo modelos adotados pelos Poderes e Órgãos, enquanto não for disciplinada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará a remessa de seus dados, por meio informatizado.

Art. 6º – O Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64) identificará operações de limitação de empenho (redução de dotação) e de recomposição de dotações orçamentárias, procedidas nos moldes do Art. 9º e seu § 1º, da L.C. nº 101/2000.

Art. 7º – Os Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes que optarem pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, bem como dos demonstrativos referidos no Art 53, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão encaminhá-los ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, juntamente, com a Lei Municipal ou Ato Normativo dos respectivos Poderes da opção desta faculdade dada pelo Art 63, do citado diploma legal.

§ 1º – A Lei Municipal ou Ato Normativo dos respectivos Poderes, contendo a opção desta faculdade concedida pelo Art. 63, do citado diploma legal, deverá ser remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará 30 (trinta) dias após sua sanção.

§ 2º – A remessa dos relatórios ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, caso efetuada a opção de que trata o *caput* deste artigo, será nos seguintes prazos:

I – Até 30 (trinta) dias, após o encerramento do semestre, no caso do Relatório de Gestão Fiscal, ressalvada a remessa do comprovante de publicação que poderá ser enviado até 15 (quinze) dias após o prazo previsto no Artigo 63, § 1º, da L.C. nº 101/2000;

II – Até 15 (quinze) dias após encerrado o prazo previsto no Art. 63, § 1º, da L.C. nº 101/2000, no caso dos demonstrativos referidos no Artigo 53, da citada Lei, que deverão ser apresentados, juntamente, com o comprovante de sua publicação.

§ 3º – Os Municípios, cuja despesa total com pessoal ou a dívida consolidada não se encontram dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000, enquanto perdurar esta situação, ficarão sujeitos aos mesmos prazos de verificação, e, de retorno ao limite, definidos para os demais entes.

Art. 8º – O Executivo Municipal deverá remeter ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, até o dia 30 de maio do exercício subsequente, os comprovantes de envio das Prestações de Contas ao Executivo da União e do Estado relativos ao exercício anterior, a que alude o § 1º, Inciso I, do Art. 51, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 9º – Com base na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária, o Tribunal, através da 8ª Controladoria, formalizará o “Ato de Alerta” previsto no § 1º, do Art 59, da Lei Complementar nº 101/2000, ao constatar:

I – que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) dos limites previstos nos Arts 19 e 20 da referida Lei;

II – que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90%, dos respectivos limites;

III – que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

IV – fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária;

Parágrafo Único - O Tribunal, através das demais Controladorias, poderá formalizar o “Ato de Alerta” quando constatar, em

processos de inspeções e auditorias, ou outros procedimentos de sua competência, quaisquer das hipóteses previstas no *caput* deste Artigo.

Art 10 – A 8ª Controladoria, na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal, Resumido da Execução Orçamentária e do Comparativo a que se refere o Art 6º, deverá relacionar os Municípios que incorrerem em algumas das hipóteses previstas no artigo anterior, agrupando-os, segundo a sua natureza, da seguinte forma:

I – Municípios cujo Poder Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto nos Arts 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Municípios cujo Poder Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto no Parágrafo Único do Art 22, da Lei referida no Inciso I;

III – Municípios cujo Poder Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima do limite previsto no Inciso II, do § 1º, do Art 59, da Lei referida no Inciso I;

IV – Municípios cujo montante das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontrem acima do limite previsto no Inciso III, do § 1º, do Art 59, da Lei referida no Inciso I, de acordo com a respectiva Resolução do Senado Federal, conforme previsão do Art 30, Inciso I, da mesma Lei;

V – Municípios cujos gastos com inativos e pensionistas se encontrem acima dos limites previstos na Lei nº 9717/98;

VI – Municípios em que forem constatados fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Art 11 – O não-encaminhamento ou a remessa fora do prazo e condições estabelecidos neste Instrumento, do Relatório de Gestão Fiscal, sujeita o responsável à multa prevista no Art 5º, da Lei nº 10.028/00, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo Único – A 8ª Controladoria, ao verificar o não encaminhamento ou a remessa fora do prazo, do Relatório de Gestão Fiscal, e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, deve informar ao Auditor responsável pela jurisdição do Município correspondente para que seja providenciada a citação do responsável.

Art 12 – O não-encaminhamento ou a remessa fora do prazo e condições estabelecidos neste Instrumento, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere esta Instrução sujeita o responsável à multa prevista no Art 57, da Lei Complementar Estadual nº 25/94.

Art 13 – A 8ª Controladoria do TCM/PA será responsável pelo recebimento e análise do disposto nesta Instrução Normativa, cabendo ao Plenário do TCM/PA, através de Resolução, normatizar o envio, por parte dos jurisdicionados, em meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM), das informações evidenciadas na presente Instrução Normativa.

Art 14 – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos gerados a partir do exercício de 2008.

PORTARIA Nº 0690/2008/PRES/TCM, DE 19 DE JUNHO DE 2008

O Conselheiro RONALDO PASSARINHO, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o Art. 18, Inciso XXV, do Regimento Interno, e considerando a necessidade de adequação do Plano de Contas Unico estabelecido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará para o Exercício Financeiro de 2008, para utilização por parte dos jurisdicionados;

Considerando também o estabelecido no Art. 2º, da Resolução nº 8.087/2005 – TCM/PA;

Considerando, finalmente, o estabelecido nas Portarias nº 574 e 575/2007 – STN e Portaria Conjunta nº 02/2007 – STN/SOF;

RESOLVE:

Determinar que a Administração Direta, Indireta, Fundacional, Empresas Públicas e Empresas de Economia Mistas Municipais, utilizem na escrituração de suas contas o Plano de Contas Unico, estabelecido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme Anexo I desta Portaria que substitui o Anexo de mesmo número constante da Portaria nº 1.050/2006/PRES/TCM, de 19/12/2006.

RESOLUÇÃO Nº 8.806, DE 04/03/2008

Processo nº 200103811-00

Origem: Prefeitura Municipal de Santarém.

Assunto: Prestação de Contas de 2000

Interessado: Joaquim de Lira Maia – (Prefeito)

Relatora: Conselheira Rosa Hage

Decisão: **I** – Emitir Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Santarém, a não aprovação das contas do Executivo, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Joaquim de Lira Maia;

II – Deverá o referido Ordenador de Despesa recolher aos cofres públicos municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes valores:

a) R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa do 2º ao 4º trimestres fora dos prazos regimentais;

b) R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela não apropriação dos encargos patronais, acarretando danos ao erário pela cobrança de juros e multa pelo INSS. Unanimidade

RESOLUÇÃO Nº 8.923, DE 19/02/2008

Processo nº 200610533-00

Origem: Prefeitura Municipal de Chaves

Assunto: Subsídios de Vereadores e Servidores da Câmara

Interessada: Benjamin Ribeiro de Almeida Neto – (Prefeito)

Relatora: Conselheira Rosa Hage

Decisão: **I** – Cadastrar a Lei nº 191/2006, de 28/04/2006, do Município de Chaves, que dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Servidores daquela Câmara Municipal, no percentual de 27% (vinte e sete por cento);

II – Negar cadastro ao reajuste dos subsídios dos Vereadores e do Vereador-Presidente, tendo em vista que os mesmos não

fazem jus a qualquer reajuste, mas tão somente a revisão anual prevista no Art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, vencida neste item a Conselheira Rosa Hage (Relatora) e com abstenção do Conselheiro Aloisio Chaves.

RESOLUÇÃO Nº 8.945, DE 13/03/2008

Processo nº 200002280-00

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará

Assunto: Prestação de Contas de 2000

Responsável: Paulo Roberto Alexandre Silva

Relatora: Conselheira Rosa Hage

Decisão: **I** – Emitir Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Santa Maria do Pará, a não aprovação das contas do Executivo, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Paulo Roberto Alexandre Silva;

II – Deverá o Ordenador de Despesa recolher aos cofres públicos municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, atualizadas monetariamente, as seguintes importâncias:

a) R\$ 2.875.988,34 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), referente à conta Agente Ordenador;

b) R\$ 572.607,26 (quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e sete reais e vinte e seis centavos), pelas despesas efetuadas junto as empresas não cadastradas pela SEFA;

III – Deverá, ainda, o Ordenador da despesa, com fundamento no Art. 52, I e 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, recolher ao erário municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas:

a) R\$ 200,00 (duzentos reais), pela remessa do 1º e 2º trimestres fora dos prazos regimentais;

b) R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo não envio dos Decretos de Abertura de Créditos;

c) R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo não envio da prestação de contas do 3º e 4º trimestres e Balanço Geral;

d) R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelas divergências na receita e despesa orçamentária;

e) R\$ 200,00 (duzentos reais), pela ausência dos comprovantes de pagamentos das remunerações do Prefeito (Jan/Mar/Abr/Mai/Jun/00) e Vice-Prefeito (Janeiro/00);

f) R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo não repasse ao Instituto de Previdência do valor total retido dos funcionários;

g) R\$ 600,00 (seiscentos reais), pelas ausências de: Lei de Criação do FMAS; Lei de Criação do Conselho do FMAS; Decreto de Nomeação dos Membros do Conselho do FMAS; Parecer do Conselho de Controle do FMAS; listagem das despesas pagas com os recursos do FMAS; Ato de Nomeação do Ordenador de Despesas do FMAS;

h) R\$ 100,00 (cem reais), pelo não envio do Orçamento do FMAS;

i) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela não remessa dos processos licitatórios, no valor de R\$ 722.231,11 (setecentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e um reais e onze centavos);

j) R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo desconrole financeiro na emissão de cheques por insuficiência de saldo, no valor de R\$ 54.927,50 (cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos);

IV – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências legais cabíveis. Unanimidade

RESOLUÇÃO Nº 8.950, DE 25/03/2008

Processo nº 200405267-00/REC – ref. ao 200103594-00 – (1050012000-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Tucumã

Assunto: Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto da Resolução nº 7.451/2004/TCM, referente ao exercício de 2000.

Interessado: Celso Lopes Cardoso – (Ordenador)

Relator: Auditor Convocado Ornilo Sampaio Filho

Decisão: Conhecer do recurso de reconsideração, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão contida na Resolução nº 7.451/TCM, de 26 de fevereiro de 2004, recomendando à Câmara Municipal de Tucumã, a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Celso Lopes Cardoso, por infringência ao disposto no Art. 7º, Inciso III, § 1º, da Emenda Constitucional nº 29/2000, visto não ter aplicado, nas ações de saúde, o percentual mínimo de 7% (sete por cento) dos impostos arrecadados e transferidos, tendo aplicado apenas 4,96% (quatro ponto noventa e seis por cento) destes, conforme demonstrado, às fls. 187. Unanimidade

RESOLUÇÃO Nº 9.006, DE 29/04/2008

Processo nº 0992141999-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Rurópolis

Assunto: Prestação de Contas de 1999

Responsáveis: Raimunda Nonato da Luz (01/01 a 03/02/99), Francisca Soares

Schommer (04/02 a 30/06/99) e Averaldo Pereira Lima (01/07 a 31/12/99)

Relator: Conselheiro Alcides Alcantara

Decisão: Reabrir a instrução do presente processo, que trata da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Rurópolis, exercício financeiro de 1999, de responsabilidade da Sra. Raimunda Nonato da Luz (01/01 a 03/02), Francisca Soares Schommer (04/02 a 30/06) e Averaldo Pereira Lima (01/07 a 31/12), para que sejam citados os interessados e final análise da prestação de contas. Unanimidade

RESOLUÇÃO Nº 9.030, DE 20/05/2008

Processo nº 962986-00

Origem: Prefeitura Municipal de Itaituba.

Assunto: Prestação de Contas de 1995.

Interessado: Wirland da Luz Machado Freire – (Ex-Prefeito)

Relator: Conselheiro Alcides Alcantara

Decisão: **I** – Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Itaituba a não aprovação das contas do Poder Executivo, exercício financeiro de 1995, que teve como ordenador